



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcio Bittar

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3 , DE 2019

CCJ

Senado Federal
Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania

Em 12 / 2 / 2019.

Altera a redação do art. 201 da Constituição Federal,
para extinguir o auxílio-reclusão.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 201 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 201.....

IV - salário-família para os dependentes dos segurados de baixa
renda;

.....(NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Em 2016, segundo dados oficiais do INSS, os pagadores de impostos desembolsaram para os dependentes dos presos (que sejam segurados, ou seja, que tenham exercido atividade remunerada que os enquadre como contribuintes obrigatórios da previdência social), em regime fechado e semiaberto, a quantia de R\$ 810,3 milhões.

Recebido em 12/02/19

Hora 16:57

Estagiário: SL SF/SGM



SF/19958.91893-91

Página: 1/4 02/02/2019 12:49:33

616f1902e3e0eb7071972b25aec9c08e8dded57e





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcio Bittar

Os valores de 2017 foram ainda maiores: R\$840,9 milhões. O auxílio-reclusão é um dos elementos de uma concepção profundamente equivocada e paternalista sobre o encarceramento no Brasil. É assistencialismo exacerbado, que acaba por gerar consequências não previstas tais como fraudes e abusos com o dinheiro dos pagadores de impostos.

Há, também, o reforço da ingênua percepção de que a função da prisão seja a recuperação do preso. A primeira e principal função do encarceramento é excluir o meliante do convívio social com o fito de proteger o cidadão honesto.

O excesso de assistencialismo e bons tratos com marginais e seus dependentes são verdadeiros acintes às vítimas e a seus familiares, que não recebem nenhum auxílio e muitas vezes veem prevalecer a injustiça com penas brandas e leniência na execução penal de seus algozes.

É um absurdo que pagadores de impostos tenham obrigação em auxiliar o sustento dos dependentes de pessoas que optaram pelo crime e por ferir a Lei. As famílias dos presos que necessitem de ajuda devem procurar os órgãos municipais, estaduais ou mesmo federais de assistência social, como qualquer pessoa ou família necessitada no país.

Na prática, é impressionante o volume de fraudes descobertas ano a ano na concessão do auxílio. Ademais, o tipo assistencial é mais um privilégio concedido pelo Estado já combalido por um imenso déficit fiscal em seu sistema de previdência. O fim do auxílio-reclusão economizará cerca de um bilhão de reais do dinheiro suado dos pagadores de impostos e reporá seriedade na execução penal, além de saciar a sede por justiça de milhares de vítimas de marginais.

O fim definitivo do auxílio-reclusão, proposto nesta PEC, é uma resposta à sociedade, que clama pelo rigor das leis e pelo combate duro aos criminosos. Em um país onde se mata mais de 60 mil pessoas por ano, o rigor na execução penal é necessário para coibir e desestimular o criminoso a cometer crimes.



SF/19958.91893-91

Página: 2/4 02/02/2019 12:49:33

616f1902e3e0eb7071972b25aec9c08e8dded57e





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcio Bittar

Por todo o exposto, esperamos contar com o apoio das Senadoras e dos Senadores para o aprimoramento da presente proposição e sua posterior aprovação.

Sala das Sessões,

OK - 
Senador **MARCIO BITTAR**

SENADOR (A)

ASSINATURA

OK - 1. MASON OLIVEIRA

OK - 2. Jorgeinho Nello

OK - 3. Luiz de Camargo

OK - 4. MARCOS DO VAL

OK - 5. Maurício Gomes

OK - 6. Daniel V. Cardoso

OK - 7. Sergio Petrelli

OK - 8. EDUARDO BRAGA

OK - 9. Fábio Bolsonaro

OK - 10. REGUPPE

OK - 11. CID F. GOMES

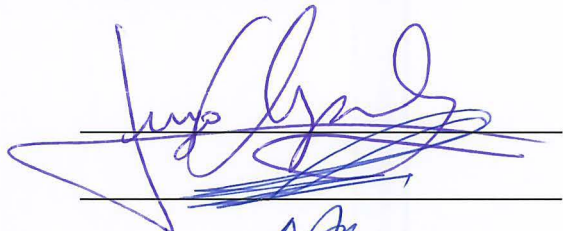
OK - 12. TASSO

OK - 13. EDUARDO GINS

OK - 14. OK - J

OK - OK - J

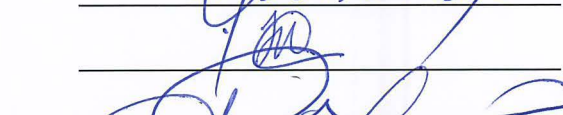
OK - OK - J

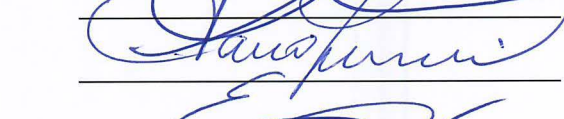


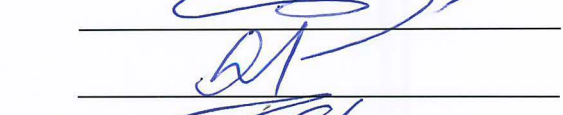


















SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcio Bittar

Altera a redação do art. 201 da Constituição Federal, para extinguir o auxílio-reclusão.

SENADOR (A)

ASSINATURA

OK - 15. Plínio Valério
OK - 16. OTTó Alencar
OK - 17. NELSON TRASTILHO
OK - 18. Luiz Carlos
OK - 19. Wagner Rocha
OK - 20. Roberto
OK - 21. Marcelo Eralto
- 22.
OK - 23. AFERNANDO BEZERRA
- 24.
OK - 25. JOSE MARAVITA
OK - 26. ORIOVISTO GUIMARÃES
OK - 27. DAVIDELARIBEIRO
OK - 28. Simone Tiberto
OK - 29. Edson Jones
OK - 30. ITALCI LIMA
OK - 31. Marcos Roberto
OK - 32. WISS BARRETO
OK - 33. STYVENSON VAS

Plínio Valério
Alencar
Nelson Trastilho
Luiz Carlos
Wagner Rocha
Roberto
Marcelo Eralto

Aferrnando Bezerra

Jose Maravita
Oriovisto Guimarães
Davidelaribeiro
Simone Tiberto
Edson Jones
Italci Lima
Marcos Roberto
Wiss Barreto
Styvenson Vas



SF/19958.91893-91

Página: 4/4 02/02/2019 12:49:33

616f1902e3e0eb7071972b25aec9c08e8dded57e

